Ano 14 | **Número 146** | Setembro de 2017

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

CACB defende limitação dos gastos das Câmaras de Vereadores às receitas próprias das prefeituras

Proposta será enviada ao Congresso Nacional a fim de viabilizar mais recursos para os munícipes

EMPREENDER COMPETITIVO LANÇA CAMPANHA NAS REDES SOCIAIS *TIRE AS SUAS IDEIAS DA GAVETA*

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE
George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE
Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES
Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO
Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR
Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Fernando Fagundes Milagre

SUPERINTENDENTE DA CACB
Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE
Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
fróes, berlato associadas

COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: Celestino Bentes de Oliveira
Avenida Ceará, 2351 - Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco - CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 467 - Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió - CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua Eliéser Levy, 1122 - Bairro Centro
Cidade: Macapá - CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro
Bairro: Centro - Cidade: Manaus - CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio - Cidade: Salvador - CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 - Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza - CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Manoel Valdeci Machado Elias
Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria Bernardo Sayão
Cidade: Núcleo Bandeirante/DF - CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713, 7° andar - Bairro: Enseada do Suá - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista - Cidade: Goiânia - CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco - Cidade: São Luís
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte - Cidade: Cuiabá - CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior
Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados
Cidade: Campo Grande - CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Av. Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro - Cidade: Belo Horizonte - CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa
Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203
Bairro: Campina - Cidade: Belém - CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo - Cidade: Campina Grande - CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Marco Tadeu Barbosa
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro - Cidade: Curitiba - CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jaime Espósito de Lima Filho
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife - Cidade: Recife - CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina - CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 - Bairro: Ribeira
Cidade: Natal - CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Simone Leite
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre - CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanato
Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade
Cidade: Porto Velho - CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro - Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Alencar Burti
Rua Boa Vista 51 - 5º andar - Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-911

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Fabiano Roberto Matos do Vale Filho
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro - Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Brasil precisa de um choque de realidade sobre os gastos públicos

Começa a se formar no Brasil uma tendência positiva de controle dos gastos públicos na qual a CACB não poderia deixar de fazer parte. Foi, portanto, como forma de contribuição ao debate nacional que, em conjunto com o Sebrae, promovemos o estudo sobre as despesas dos Legislativos municipais, que é matéria de capa desta edição de Empresa Brasil.

Apesar da crise da economia, que sacrificou até o momento cerca de 14 milhões de empregos, o número de vereadores continua aumentando. Somente nas três últimas eleições houve um aumento de 51.802 para 57.942 vereadores, equivalente a 11,8%, enquanto a população brasileira aumentou 7,2%. Não bastasse essa excrescência, dos 3.761 municípios que prestam contas devidamente, 707, ou 19%, gastam mais com suas Câmaras do que geram de receita própria.

Outros 218 municípios gastam mais de 80% das receitas próprias com as Câmaras Municipais. O custo *per capita* e os gastos específicos com remuneração nas Câmaras são maiores nas cidades pequenas do que nas médias e grandes. Quanto menor o município, e quanto menos precisa de vereadores em tempo integral, maior o gasto percentual com estrutura e salários deles e seus funcionários. A média de gastos com Legislativos é de 38,7%, mas supera 59% nos municípios com até 50 mil habitantes.

São dados chocantes desvirtuados da realidade, o que motivou a entidade a iniciar estudos a fim de formalizar proposta ao Congresso Nacional no sentido de vincular as despesas dos Legislativos municipais unicamente às receitas próprias das prefeituras.

Além disso, seria importante rever a emancipação de centenas de municípios ocorrida nos últimos anos. O fato é que, como demonstrou o último dado do IBGE, em 2014, a grande maioria dos municípios brasileiros vive dos fundos de participação, principalmente da União. Urge, portanto, rever esse quadro em um momento crucial da Nação, que deve amargar somente neste ano um déficit fiscal de R$ 149 bilhões.

George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

Foto: Associação Comercial de São Paulo

Foto: Divulgação

Foto: Divulgação

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
Começa a se formar no Brasil uma tendência positiva de controle dos gastos públicos na qual a CACB não poderia deixar de fazer parte.

5 PELO BRASIL
Facisc lança edital de apoio a ações que estimulam o desenvolvimento de competências empresariais.

8 MATÉRIA DE CAPA
Remuneração de vereadores reduz serviços das prefeituras à população.

12 CASE DE SUCESSO
ACIC, com mais de 2 mil sócios, é a maior associação comercial do Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

14 FEDERAÇÕES
Ubiratan da Silva Lopes, reeleito para presidir a Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Facieg), fala de seus planos à Empresa Brasil.

16 CBMAE
Câmara e Creci-SP assinam acordo de cooperação técnica para resolução de conflitos de forma extrajudicial.

18 MPEs
BNDES projeta dobrar o volume de crédito para os pequenos negócios.

20 TRABALHO
Brasil deverá encerrar o ano com novo aumento da informalidade.

22 CONJUNTURA
Acabou a recessão.

23 INFORME DA UNECS
Entidades recebem com cautela a elevação das metas fiscais e registram preocupação com a criação do fundo público de financiamento das campanhas eleitorais.

24 EMPREENDER
Tire suas ideias da gaveta: Empreender Competitivo irá fortalecer a metodologia Serviço 4.0.

28 EVENTO
Empreendedorismo marca o 4º Fórum Nacional CACB Mil.

30 LIVRO
Edipro lança a nova CLT.

31 ARTIGO
Por que contratar um coach de carreira? Por Claudia Santos.

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: Portal Brasil
Revisão: Press Revisão
Colaboradores: Erick Arruda, Felipe Menezes, Fernanda de Lima, Joana de Albuquerque, Katiuscia Sotomayor, Nathalia Pessel Leite e Neusa Galli Fróes.
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

Facisc lança edital de apoio a ações que estimulam o desenvolvimento de competências empresariais

Com o objetivo de promover o aumento da competitividade das empresas com a melhora da produtividade e, consequentemente, a promoção do desenvolvimento sustentável, a Facisc lançou no dia 1º deste mês o Edital de Apoio Coletivo ao Desenvolvimento de Competências Empresariais AL-Invest 5.0.

Para alcançar os resultados previstos no edital, a iniciativa apoiará financeiramente as entidades afiliadas em atividades empresariais coletivas, como, por exemplo, eventos, feiras, palestras, seminários, workshops, e intervenções práticas de gestão que envolvam diretamente a classe empresarial, apoiando ou auxiliando as empresas associadas a serem mais competitivas.

A ação conta com o apoio financeiro da União Europeia por meio do programa de cooperação AL-Invest 5.0, que é gerenciado pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (CAINCO), Santa Cruz, Bolívia, cujo objetivo é promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas em toda a América Latina.

Federasul premia mulheres do agronegócio

Encerrando com chave de ouro a participação na 40ª Expointer, a Federasul, que pela primeira vez em 90 anos de existência participou da exposição no Parque Assis Brasil, entregou na tarde do dia 1º de setembro o Prêmio Elas do AgroRS. A honraria, concedida no Auditório Central de Imprensa, foi em parceria com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Foto: Itamar Aguiar/Federasul

Para Simone Leite, presidente da Federasul, esse reconhecimento é fundamental nos dias de hoje. "A nossa entidade se alia às mulheres que fazem o Rio Grande. Esse prêmio comprova que o lugar da mulher é onde ela quiser", defendeu. A idealizadora do prêmio e presidente da Associação Brasileira de Criadores de Devon (ABCD), Elizabeth Cirne-Lima, se emocionou ao reconhecer a trajetória de cada agraciada. "Esse prêmio é apenas o início de uma rede sólida e fraterna de mulheres amigas e companheiras", celebrou.

Federaminas promove 1ª Delegação Empresarial para a Canton Fair

Foto: Divulgação

Em parceria com a Chubatsu & Saito, de São Paulo, a Federaminas realiza a 1ª Delegação Empresarial para a Canton Fair (feira de Cantão) 2017, considerada o maior evento de importação e exportação da China, que acontece em outubro, na cidade de Guangzhou.
O projeto abrange visita de três comitivas, uma para cada fase da feira, a ocorrerem nos dias 15 a 19, 23 a 27 e 31 de outubro a 4 de novembro.

De caráter multissetorial, a Canton Fair oferece ampla diversidade de oportunidades de negócio. A primeira fase é ligada a produtos pesados, desde construção e agricultura até maquinário e eletrônicos. A segunda trabalha com móveis e decoração. E a terceira com vestuário e acessórios. Empresários do mundo inteiro visitam anualmente a feira de Cantão, que hoje é considerada a porta de entrada para conhecer o mercado chinês. Em sua última edição, a mostra contou com mais de 35 mil expositores e 150 mil variedades de produtos.

E-commerce brasileiro teve alta de 7,5% no primeiro semestre deste ano

Em agosto, foi lançada a 36ª edição do Webshoppers. Confira abaixo alguns destaques do comércio eletrônico brasileiro no primeiro semestre de 2017.

Pedidos: Número de pedidos ultrapassa pela primeira vez a barreira dos 50 milhões no 1º semestre do ano.

Faturamento: O e-commerce brasileiro faturou R$ 21 bilhões no primeiro semestre de 2017, alta de 7,5%.

Preços: Custos dos produtos do e-commerce acumularam queda de 5,38% nos últimos 12 meses terminados em junho deste ano.

Dispositivos móveis : Vendas via dispositivos móveis crescem expressivos 35,9%, e já alcançam share de 24,6% de todas as vendas do mercado de e-commerce.

E-consumidores: 25,5 milhões fizeram pelo menos uma compra no e-commerce no primeiro semestre de 2017, alta de 10,3%.

Tíquete médio: Produtos de maior valor agregado impulsionaram a alta do tíquete médio, que foi de R$ 418.

Expansão: Digital Commerce cresce 88% em quatro anos e fatura R$ 93,5 bilhões em 2016 (venda de produtos novos e usados) (B2C), (C2C) e serviços (turismo e ingressos).

Anuncie na revista digital

Empresa Brasil

Você se comunicará com 27 federações empresariais
e 2.300 associações comerciais de todo o país.

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Empresa Brasil é o órgão institucional da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), uma instituição com mais de 200 anos de história.

Entre em contato com nossa equipe e anuncie.
Telefone: (61) 3321-1311

Remuneração de vereadores reduz **serviços das prefeituras à população**

Pesquisa promovida pela CACB e Sebrae demonstrou que 707 municípios gastam mais com despesas legislativas do que conseguem gerar de receitas próprias

Foto: Divulgação

Afif Domingos e George Pinheiro analisam lista dos mais de 700 municípios com gastos excedentes

Uma economia superior a R$ 10 bilhões por ano. Esse é o potencial estimado caso os percentuais das despesas das Câmaras de Vereadores definidos na Constituição fossem aplicados exclusivamente às receitas próprias dos 5.569 municípios do Brasil, segundo estudo da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), com apoio do Sebrae, Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e conferência da Secretaria do Tesouro Nacional sobre os gastos dos legislativos municipais referentes a 2016. Hoje, o limite legal dos gastos dos municípios com as Câmaras é com base em receita própria e transferências constitucionais da União, ou seja, são cobertas por fontes externas de receita.

TENDÊNCIA DE CONTROLE DE GASTOS PÚBLICOS

O estudo, conforme o presidente da CACB, George Pinheiro, se insere na tendência positiva de controle dos gastos públicos, e suas conclusões sugerem a busca da limitação de número de vereadores nos legislativos municipais, com a adoção do teto por porte de município.

Ao contrário de reduzir o número de vereadores, o estudo demonstrou que houve uma ampliação de 11,8% desse universo, com 6.140 novas vagas em apenas 12 anos. No período, o número de vereadores passou de 51.802 para 57.942, enquanto a população brasileira aumentou 7,2%. "É preocupante o uso indevido dos repasses aos municípios que não chegam às populações locais", agrega Pinheiro.

MUNICÍPIOS DESRESPEITAM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O estudo avaliou as informações de 3.762 municípios (68%), com uma margem de erro de 0,9%, de um total de 5.569 municípios brasileiros.

Não apresentaram os valores de suas receitas de 2016 ou de 2015, ou ainda apresentaram dados inconsistentes 1.807 municípios (32%), em flagrante desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um total de 707 municípios – 19% daqueles que apresentaram as contas anuais – gasta mais a título de despesas legislativas do que consegue gerar a título de receitas próprias; 218 gastam mais de 80% das receitas próprias com as Câmaras Municipais; 22 tiveram despesas com as Câmaras Municipais superiores aos limites estabelecidos pela Constituição Federal. Deste total, 16 municípios têm menos de 20 mil habitantes.

CUSTO *PER CAPITA* É MAIOR NAS CIDADES PEQUENAS

Outra conclusão é que o custo *per capita* com as Câmaras de Vereadores é maior nas cidades pequenas do que nas médias e grandes. Os gastos específicos com a remuneração de vereadores também são maiores nas cidades pequenas.

Os gastos com vereadores (subsídios + encargos), tomando-se por base a amostra selecionada, representam em média 38,7% das despesas legislativas, considerando-se todos os tamanhos dos municípios. E chegam a superar 59% nos municípios com até 50 mil habitantes. A rubrica mais representativa das despesas legislativas municipais é referente ao pagamento dos vereadores. Na amostragem realizada com 71 municípios de todos os portes e regiões brasileiras, foi constatado que o pagamento de subsídios e encargos se aproxima dos 60% das despesas legislativas declaradas pelos municípios de pequeno porte.

Foto: Prefeitura de Campinas/Divulgação

"A utilização do site da Frente Nacional de Prefeitos sobre dados fiscais dos municípios brasileiros, o Compara Brasil, para o estudo sobre os recursos utilizados pelas Câmaras de Vereadores demonstra a importância dessa ferramenta para o debate sobre o financiamento das nossas cidades. Os dados compilados pelo material da CACB reforçam a necessidade de debatermos as formas de arrecadação e do gasto dos cofres públicos, seja nas cidades, nos estados ou pelo governo federal. Transparência e debate democrático são fundamentais para a retomada do desenvolvimento econômico e o fortalecimento do nosso país."
Jonas Donizette, prefeito de Campinas/SP e presidente da FNP

As principais conclusões do estudo

- Nas três últimas eleições, o número de vereadores eleitos teve um aumento de 6.140 (equivalente a 11,8%). No período, o número de vereadores eleitos passou de 51.802 para 57.942, enquanto a população brasileira aumentou 7,2%.

- Os pequenos municípios apresentam receitas próprias *per capita* equivalentes a 23% da receita própria média *per capita* dos grandes municípios. Apesar disso, os pequenos municípios possuem uma despesa legislativa média (também *per capita*) equivalente a 70% maior que a dos grandes municípios.

- A rubrica mais representativa das despesas legislativas municipais é referente ao pagamento dos vereadores. Na amostragem realizada com 71 municípios de todos os portes e regiões brasileiras, foi constatado que o pagamento de subsídios e encargos se aproxima dos 60% das despesas legislativas declaradas pelos municípios de pequeno porte.

- As despesas legislativas municipais têm os limites estabelecidos pela Constituição Federal (art. 29-a), que utiliza para base de cálculo a somatória das receitas tributárias e das transferências constitucionais. Caso os percentuais definidos na Constituição fossem aplicados exclusivamente nas receitas próprias dos municípios (incluindo receitas tributárias e outras), poderia ser viabilizada uma economia anual de R$ 7,662 bilhões considerando a amostra deste estudo de 3.762 municípios.

- Considerando o total de 5.569 municípios, a economia potencial superou os R$ 10 bilhões (Interpolação direta leva a R$ 11,343 bilhões).

- 707 municípios (19% daqueles que apresentaram as contas anuais) gastam mais a título de despesas legislativas do que conseguem gerar a título de receitas próprias (receitas geradas pelo próprio município, incluindo IPTU, IBTI, ISS, Taxas, Contribuição de Melhoria, Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, Receitas Patrimoniais, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Outras Receitas Correntes, Receitas Correntes Intraorçamentárias).

- 218 municípios gastam mais de 80% das receitas próprias com as Câmaras Municipais.

- 22 municípios tiveram despesas com as Câmaras Municipais superiores aos limites estabelecidos pela Constituição Federal, no artigo 29-a. Deste total, 16 municípios têm menos de 20 mil habitantes.

- Os gastos com vereadores (subsídios + encargos), tomando-se por base a amostra selecionada, representam em média 38,7% das despesas legislativas, considerando-se todos os portes dos municípios e chegam a superar 59% nos municípios com até 50 mil habitantes.

CACB quer limitar remuneração às receitas próprias dos municípios

A CACB, com o apoio técnico do Sebrae, decidiu estudar a questão da representatividade e sua desconexão atual com os eleitores a fim de contribuir para o debate nacional. Segundo o presidente da entidade, George Pinheiro, a ideia é encaminhar ao Congresso Nacional proposta no sentido de limitar o gasto das Câmaras de Vereadores às receitas próprias geradas pelos municípios.

"Os recursos que vierem de transferências do governo federal poderão, assim, ser usados exclusivamente nos serviços essenciais da população. As cidades que não puderem pagar as despesas das Câmaras, porque não têm receita suficiente, podem criar o trabalho voluntário de vereadores. O exemplo na política deve vir também da base", sustentou Pinheiro.

Na grande maioria dos países analisados pelo estudo, a figura do legislador municipal não existe. Em seu lugar, há os chamados "conselhos de cidadãos"

Na grande maioria dos países analisados pelo estudo, a figura do legislador municipal não existe. Em seu lugar, há os chamados "conselhos de cidadãos", formados por representantes das comunidades e bairros, que geralmente trabalham sem remuneração ou ônus para os cofres públicos.

"Os conselheiros são escolhidos pela própria população e costumam reunir-se periodicamente para discutir temas relativos à cidade, numa pauta equivalente à que é cumprida pelos vereadores no Brasil. No entanto, nenhum deles sobrevive da política e sim das suas atividades profissionais. As reuniões acontecem em auditórios públicos, sem a estrutura física de uma Câmara Municipal, nem funcionários ou servidores comissionados à disposição", assinala o presidente da CACB.

População e subsídios a deputado estadual são parâmetros definidos pela Constituição

A Constituição de 1967, em sua versão original, determinava gratuidade no exercício da vereança nos municípios de até 100 mil habitantes. Já a Emenda Constitucional nº 4, de 1975, rompeu com a falta de remuneração para todo e qualquer vereador. A partir de então, várias outras leis complementares alteraram o modo de pagar o edil; no entanto, não mais se regressou àquele estado de gratuidade.

Nos dias de hoje, a Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, limita o subsídio da Câmara de Vereadores à vista de dois fatores: população local e remuneração do deputado estadual.

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO (habitantes)	LIMITE EM FUNÇÃO DO SUBSÍDIO DO DEPUTADO ESTADUAL
Até 10.000	20%
De 10.001 a 50.000	30%
De 50.001 a 100.000	40%
De 100.001 a 300.000	50%
De 300.001 a 500.000	60%
Mais de 500.000	75%

CASE DE SUCESSO

Associação de Caruaru é a maior **do Norte/Nordeste/Centro-Oeste**

Com uma história sustentada em 97 anos de credibilidade, associação de Caruaru investe no desenvolvimento regional e em eventos

Fotos: ACIC/Divulgação

Atual prédio da ACIC, reformado e reinaugurado em abril de 2010

A economia de Caruaru/PE se baseia, principalmente, no comércio atacadista e varejista. O setor de confecções tem destaque especial, e a famosa Feira da Sulanca é uma grande ferramenta para comercializar a produção de inúmeras pequenas fábricas espalhadas pela cidade. O município ainda se destaca como polo médico e educacional, além de possuir um parque industrial diversificado e um setor de construção civil pujante. Essa diversidade faz de Caruaru a principal cidade do interior de Pernambuco. "A credibilidade construída ao longo de mais de 90 anos de história por pessoas comprometidas com o associativismo e com o desenvolvimento de Caruaru de maneira organizada e sustentável são nosso maior patrimônio", exclama José Marcos Silva, diretor-executivo da ACIC.

A entidade participa, efetivamente, da vida do município na qual está inserida. Atualmente, a ACIC é a maior Associação Comercial e Empresarial do Norte/Nordeste. São 1.572 empresas, sendo cerca de 70% de micro e pequenas e 30% de médias e grandes, além de 428 profissionais liberais. O número de atendimentos gira em torno de 3.500/mês. A Associação conquistou lugar nos conselhos municipais que permitiram reverberar os anseios e as necessidades dos associados. "Somos ouvidos pelo Poder Público e estamos atentos a tudo o que pode interferir naquilo que é importante para o desenvolvimento da cidade e, consequentemente, damos uma

atenção especial à geração de novos negócios e otimização dos recursos dos nossos associados", afirma Silva.

Com 22 Câmaras setoriais, a ACIC ainda acompanha diferentes segmentos da sociedade, participando ativamente das discussões sobre assuntos de interesse comum das empresas a fim de fortalecê-las. Nesses núcleos, são montadas estratégias das mais diversas que resultam na realização de eventos, elaboração de cursos, capacitação de mão de obra, entre outros. Uma grande parte das Câmaras, inclusive, já utiliza o método do Projeto Empreender, o que tem otimizado ainda mais as ações e tem se apresentado como um fator decisivo para o sucesso de muitos dos projetos desenvolvidos.

A ACIC oferece, regularmente, cursos e palestras que preparam sócios de empresas e colaboradores com funções de liderança. É o caso, por exemplo, do Empretec, em parceria com o Sebrae, Sucessão na empresa familiar e Sócios, coaching, entre outros, sempre atendendo às demandas mais urgentes, identificadas no mercado. Antes da diversificação dos serviços oferecidos, a ACIC tinha cerca de 600 sócios e se sustentava apenas com as receitas obtidas das mensalidades pagas pelas empresas. Hoje, o cenário mudou. As mensalidades continuam representando um percentual importante, mas dividem espaço com os demais serviços. Além disso, essa iniciativa trouxe a reboque a ampliação do número de associados, e, consequentemente, o aumento das receitas através deste canal.

Evento realizado pela Câmara da Saúde da ACIC

Feiras e eventos são fontes de receita da entidade

Lopes diz que construção da nova sede é a prioridade **de seu novo mandato**

Ubiratan Lopes diz que reforma trabalhista deve encorajar empresários a investirem mais

Foto: Divulgação

A nova diretoria da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Facieg) tomou posse no fim do mês de junho. Ubiratan da Silva Lopes foi reeleito para presidir a entidade até 2020.

De acordo com o dirigente, durante seu primeiro mandato como presidente da Facieg (2014/2017), sua principal diretriz foi mostrar aos líderes das Associações Comerciais (ACEs) do estado de Goiás a importância que eles tinham para seus municípios e, a partir disso, uni-los ainda mais ao Sistema CACB.

Para o mandato que agora se inicia, Lopes diz querer dar continuidade ao trabalho que já vem sendo feito. Mas agora, segundo ele, um dos focos principais é a construção da sede da Facieg, que hoje funciona em um espaço alugado. Em entrevista à Empresa Brasil, o presidente reeleito da Facieg defende a reforma trabalhista e fala com otimismo sobre os cenários do Brasil.

Quais são as prioridades para o novo mandato?

O que nós queremos é, na verdade, manter um dos maiores patrimônios que conquistamos em nossa Federação, que é a união entre a entidade e as Associações

Comerciais (ACEs) do estado. Nós conseguimos mostrar para eles a importância, o tamanho e a participação do Sistema CACB, em nível de Brasil. Queremos manter isso.

Além disso, queremos ampliar nossa gama de serviços, na medida do possível, e, mais do que isso, o foco principal é, pelo menos, o início da construção da nossa sede, que hoje funciona em um local alugado. O terreno já está comprado e dentro de aproximadamente um ano queremos iniciar as obras.

Quais serviços são oferecidos pela Facieg?

Quando nós assumimos a Federação, não tínhamos nenhum serviço disponível para as ACEs. A entidade vivia exclusivamente das mensalidades dos associados. Hoje, temos a certificação digital, a Boa Vista SCPC, o Rede Celular e o Cartão de Vantagens Facieg, que funcionam muito bem.

Como funciona o Cartão de Vantagens da Facieg?

É um produto que criamos para os presidentes e diretores das ACEs e os associados e seus colaboradores. Essa é a grande vantagem deste serviço: o dono da empresa pode ter, e seus funcionários, também. Trata-se de um convênio com os comércios locais de cada cidade, que dá descontos para quem tem aquele cartão, em farmácias, hotéis, floriculturas, clínicas médicas, entre outros.

A CBMAE tem boa atuação no estado de Goiás. Como enxerga o serviço? Pretende trabalhar para ampliá-lo?

Enxergo a arbitragem como o futuro para resolver ou, pelo menos, amenizar em grande parte o problema do nosso Judiciário. Precisamos conscientizar o empresário de que este é um bom caminho e da importância que as Câmaras têm nesse sentido.

O Eduardo Vieira, coordenador nacional da CBMAE, já esteve algumas vezes em nosso estado, durante congressos e na inauguração da Câmara da ACIRV - Associação Comercial e Industrial de Rio Verde. Agora estamos conversando para levar o serviço a, pelo menos, mais três associações até o fim deste mandato.

Como avalia a reforma trabalhista, recentemente sancionada pelo presidente Michel Temer?

O Brasil precisa de muitas reformas e esta era um dos grandes anseios dos empresários. Avançamos muito com ela. Logo o Brasil deve voltar a contratar, o que vai ser muito bom para empresários e trabalhadores que estão precisando de novos empregos ou que buscam novas condições de trabalho. A reforma também deve encorajar nós, empresários, a fazermos novos investimentos, inclusive em nível internacional.

Quais são as perspectivas para os próximos anos?

Como empresário, espero que o Brasil encontre o caminho que merece, através das reformas e da consciência da população nas eleições de 2018. Precisamos renovar com qualidade aqueles que vão nos representar. Só assim conseguiremos dar seguimento às reformas importantes das quais o país precisa para se modernizar e alcançar países que estão à nossa frente.

Precisamos acreditar no Brasil, na nossa força, nos brasileiros e em nossa potência. As coisas vão melhorar e, com certeza, nos próximos anos voltaremos a crescer.

Foto: Associação Comercial de São Paulo

Assinatura do termo. (E) Giussani, consultor da CBMAE; Burti, presidente da ACSP e da Facesp; e Viana Neto, presidente do Creci-SP

Câmara e Creci-SP assinam acordo de cooperação técnica para resolução **de conflitos de forma extrajudicial**

Objetivo da parceria é divulgar a forma de arbitragem no mercado imobiliário a fim de desafogar o sistema público de Justiça

A Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) assinou, no início de agosto, um convênio de cooperação técnica com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP) para disponibilizar sua rede de Câmaras à entidade. O objetivo é oferecer aos inscritos do Creci-SP todas as ferramentas e meios necessários para a utilização dos Métodos Extrajudiciais de Solução e Controvérsias (MESCs).

O acordo estabelece o atendimento às demandas de negociação, conciliação,

mediação e arbitragem aos corretores filiados ao Conselho, em todo o estado, com custos menores que os utilizados no mercado. Além do baixo custo, a celeridade na resolução dos conflitos é outro destaque do convênio.

Segundo Eduardo Vieira, coordenador nacional da CBMAE, a ideia é de que todos os conflitos que envolverem profissionais ligados ao Creci-SP sejam resolvidos de forma extrajudicial, com rapidez e baixo custo, fato atrativo aos corretores. "Nossas audiências de conciliação levam de 30 a 40 dias para serem agendadas e em 80% delas o caso se resolve no primeiro encontro", destaca.

José Augusto Viana Neto, diretor-presidente do Creci-SP, afirma que o objetivo da parceria é divulgar a mediação e a arbitragem a fim de que o segmento passe a aderir à cláusula compromissória em seus contratos, "para desafogar o sistema público de Justiça, que tem um número de processos impossível de se julgar em um curto espaço de tempo".

Para que os corretores e as imobiliárias tenham acesso aos MESCs em todo o estado de São Paulo, viu-se a necessidade de se fazer o acordo. "As Associações Comerciais são entidades de muita credibilidade e estão espalhadas em todo o estado, o que facilita o acesso do nosso conveniado aos serviços da CBMAE", afirma Neto.

Para o diretor do Creci-SP, após a assinatura do termo, é preciso que se faça um trabalho de conscientização, para que todos os conveniados do Conselho compreendam como os MESCs funcionam, o quão mais ágeis eles são e como podem ser utilizados pelos corretores.

CAPACITAÇÃO

Além de facilitar o acesso aos MESCs, a parceria irá fomentar a capacitação de corretores através dos cursos ofertados pela CBMAE, oferecendo 20% de desconto aos profissionais filiados ao Creci-SP. Criação de um grupo técnico de estudos voltado à discussão de temas relacionados aos métodos extrajudiciais, com o intuito de desenvolver sistemas de prevenção e resolução de conflitos, é outro destaque do convênio.

Além de facilitar o acesso aos MESCs, a iniciativa irá fomentar a capacitação de corretores através dos cursos ofertados pela CBMAE

Foto: Marcos Corrêa/PR

Cerimônia de lançamento do Programa BNDES Giro

BNDES projeta dobrar o volume de **crédito para os pequenos negócios**

Banco lança plataforma para pessoas jurídicas com faturamento anual de até R$ 300 milhões, produtores rurais e transportadores de carga autônomos

O avanço tecnológico tem beneficiado em muito as pequenas e médias empresas. Além de facilitar na abertura dos negócios, a novidade agora é o lançamento de mais dois programas para agilizar a tomada de crédito pelos empresários: o Canal do Desenvolver MPME e o BNDES Giro. Desenvolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incentivar o crescimento do segmento, os programas têm a intenção de garantir o empréstimo aos micro, pequenos e médios empresários de forma mais rápida.

O Canal do Desenvolvedor MPME, acessado pelo www.bndes.gov.br/canal-mpme, é uma plataforma lançada em São Paulo para pessoas jurídicas com faturamento anual de até R$ 300 milhões e para pessoas físicas, desde que sejam produtores rurais ou transportadores de carga autônomos. No portal, os empresários podem demonstrar interesse pela tomada de crédito, fazer simulação de valores e solicitar contato com os bancos. "Muitos dos problemas enfrentados pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) estão no desconhecimento dos gerentes destes bancos sobre as linhas de financiamento do BNDES. Agora, este problema está resolvido, uma vez que o empresário pode manifestar interesse diretamente na esteira operacional desses bancos. Esperamos, com isso, empoderar os empresários e aumentar suas chances de sucesso em obter um financiamento", explicou o superintendente da

área de Operações Indiretas do BNDES, Marcelo Porteiro.

Até o momento, já são 39 bancos credenciados, incluindo empresas públicas e privadas, bancos de desenvolvimento/agências de fomento, cooperativas de crédito e bancos de montadoras, o que ainda incentiva a concorrência bancária. Em relação ao número de usuários, até agosto, já eram mais de 10.700 solicitações geradas pelo Canal do Desenvolvedor MPME, focadas principalmente nas regiões Sudeste (59,4%), Sul (13,7%) e Nordeste (13,2%). "Até o lançamento do Canal, nós desconhecíamos a quantidade de empresas que buscavam recursos do BNDES e não conseguiam. Só tínhamos conhecimento das solicitações aprovadas pelos bancos repassadores, mas, com esta ferramenta, passamos a visualizar a demanda que é gerada e, a partir daí, poderemos acompanhar os resultados", analisa o superintendente.

Com essa procura tão em alta, a expectativa é que o BNDES passe a investir ainda mais no setor, que já tem participação ativa nas contas do banco. Prova disso é que 40% dos investimentos do BNDES, no primeiro semestre deste ano, foram para os micro, pequenos e médios empresários. Conforme o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, o foco é aumentar para 60% esse valor nos próximos 12 meses, cujo crescimento será motivado pelo portal.

Rabello disse ainda, durante o lançamento do BNDES Giro, que a instituição quer dobrar o crédito para as micro e pequenas empresas, que hoje é de R$ 13 bilhões por semestre, junto com a intenção de ampliar em cerca de R$ 20 bilhões os novos financiamentos para PMEs até agosto de 2018.

O público-alvo, por sua vez, demonstra interesse. De acordo com uma pesquisa do Serasa Experian, a busca das empresas por empréstimo cresceu 1,2% em julho, em comparação ao mesmo mês de 2016, tendo esse aumento sido puxado principalmente pelos pequenos e médios negócios. Para essas empresas, houve aumento de 1,8% em relação ao mesmo mês de 2016.

Foto: André Telles/Divulgação BNDES

Marcelo Porteiro, do BNDES: "Esperamos aumentar as chances de sucesso dos MPEs"

Brasil deverá encerrar o ano com **novo aumento da informalidade**

Segundo os últimos dados do IBGE, boa parte dos brasileiros que deixaram a fila do desemprego o fez pela informalidade

Foto: Rafael Neddermeyer/Creative Commons

Economia informal deve se estabilizar em 16% do PIB

O ano de 2017 deverá encerrar com um pequeno aumento da informalidade no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados em 31 de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o país tem 13,3 milhões de desempregados. No trimestre imediatamente anterior, encerrado em abril, a taxa de desemprego havia sido de 13,6%. Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, houve alta de 1,2 ponto percentual na desocupação.

Os dados representam uma queda de 5,1% no desemprego frente ao trimestre anterior (menos 721 mil pessoas). Mas em relação a igual trimestre de 2016, o desemprego cresceu 12,5% (mais 1,5 milhão de pessoas).

A população ocupada do país em julho era de 90,7 milhões de pessoas, aumento de 1,6% em comparação ao trimestre encerrado em abril. O dado atual não apresenta alteração em relação ao mesmo trimestre de 2016.

Segundo o IBGE, no contexto da crise econômica e da consequente falta de oferta de empregos formais, grande parte dos 721 mil brasileiros que deixaram a fila do desemprego no trimestre encerrado em julho o fez via informalidade.

ECONOMIA SUBTERRÂNEA

Em 2016, a chamada economia subterrânea movimentou R$ 983 bilhões, volume superior ao PIB das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desde 2003, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) produz o chamado IES (Índice de Economia Subterrânea). A partir de 2007, a FGV passou a produzir em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco).

Entre 2003 e 2012, a redução da fatia da economia subterrânea no PIB foi de cinco pontos percentuais. Além da conjuntura, algumas políticas públicas ajudaram nessa redução. Entre essas, o Simples e o Microempresa Individual (MEI). Com a recessão instalada no país desde o final de 2014, houve um aumento de débitos fiscais, e muitas empresas não conseguiram manter-se no Simples. Conforme os especialistas, há um consenso de que a informalidade no Brasil deve estabilizar em 16% do PIB e que para reduzir-se é preciso, além de uma retomada da economia, de novos incentivos fiscais e de redução de tributos por meio de uma reforma tributária.

De acordo com os últimos dados do IBGE, apesar da estabilidade do número de carteiras de trabalho assinadas em relação ao trimestre anterior (de 33 milhões de pessoas), a comparação com o mesmo trimestre de 2016 mostra queda de 2,9% – o que representa o equivalente a menos 1 milhão de pessoas com carteira assinada.

Já o número de empregados sem carteira assinada cresceu 4,6% na mesma base de comparação (mais 468 mil pessoas), chegando a 10,7 milhões de pessoas. Em um ano, o aumento foi de 5,6% (mais 566 mil pessoas).

O contingente de trabalhadores por conta própria, por sua vez, fechou julho em 22,6 milhões de pessoas, uma alta de 1,6% na comparação trimestral (mais 351 mil pessoas), permanecendo estável na comparação anual.

"O aumento aconteceu, principalmente entre os empregados sem carteira assinada, contingente que respondeu por mais 468 mil novos empregos, e entre os trabalhadores por conta própria, que respondeu pelo ingresso de mais 351 mil pessoas no mercado", diz o IBGE.

"Já a população com carteira assinada manteve-se estável em 33,3 milhões", acrescenta o IBGE.

Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre, acredita que a criação de empregos informais e o ritmo de queda do desemprego estão acima do previamente esperado. Em sua opinião, o maior crescimento econômico do próximo ano irá estimular a criação de postos formais de trabalho, e a nova legislação trabalhista deve incentivar a redução da informalidade.

ÍNDICE DE ECONOMIA SUBTERRÂNEA

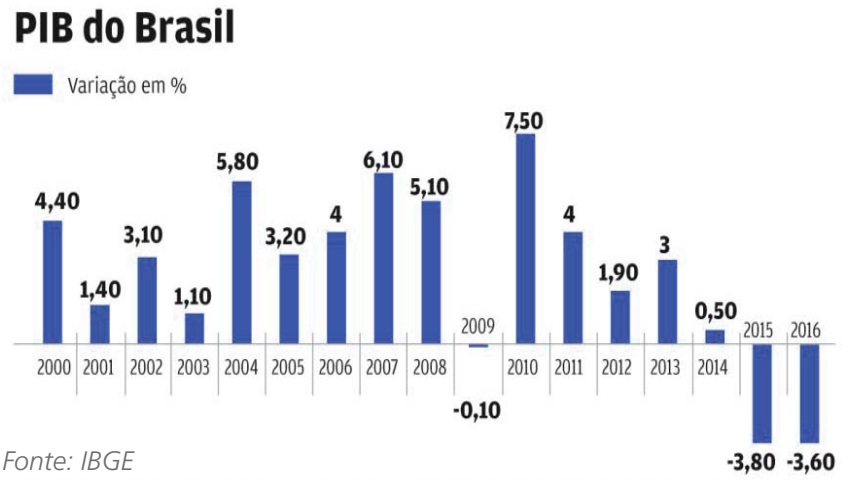
	% PIB	Em Milhões de Reais	
		Reais Correntes	Reais a Preços de 2015
2003	21,0%	361.116	870.089
2004	20,9%	409.324	915.291
2005	20,5%	444.139	924.443
2006	20,2%	485.836	947.074
2007	19,4%	527.910	966.838
2008	18,7%	581.011	978.217
2009	18,5%	615.500	965.660
2010	17,6%	685.367	991.737
2011	16,9%	738.451	986.484
2012	16,5%	794.587	984.531
2013	16,2%	862.675	995.368
2014	16,1%	915.909	988.909
2015	16,2%	956.898	956.898
2016	16,3%	983.283	948.428

Fonte: ETCO/Ibre/FGV

Acabou a recessão

Brasil está saindo de um acumulado negativo de 7,2%, referente aos anos de 2015 e 2016, naquela que foi considerada a pior recessão da história desde 1948

As previsões sobre o desempenho da economia do Brasil em 2017 ainda são contraditórias. O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou de 0,2% para 0,3% o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano. A projeção está na mais recente versão do relatório Perspectivas Econômicas Globais.



Fonte: IBGE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 0,2% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre deste ano.

Ainda conforme o instituto, o PIB do segundo trimestre do ano totalizou R$ 1,639 trilhão.

O crescimento do PIB foi puxado por serviços e consumo, enquanto o destaque negativo foi a queda dos investimentos (de 0,7% ante o primeiro trimestre e de 6,5% em relação ao segundo trimestre de 2016).

As evidências apontam para uma economia que finalmente saiu do fundo do poço, o que justifica a euforia do presidente Michel Temer ao comemorar os últimos resultados da economia nacional. "Acabou a recessão", exclamou o presidente.

De fato, é preciso comemorar. O Brasil está saindo de um acumulado negativo de 7,2%, referente aos anos de 2015 e 2016, naquela que foi considerada a pior recessão da história desde 1948, quando começou a série histórica do PIB. Além da profundidade, a recessão no período se destacou por sua dispersão em todos os setores da economia, algo incomum em períodos de crise anteriores. No ano passado, o Brasil sofreu uma queda negativa nos três setores: a agropecuária caiu 6%, a indústria, 3,8% e serviços, 2,7%, algo que somente em 1996 havia ocorrido.

Mas nada está garantido, adverte o economista Alexandre Schwartsman. Mesmo com taxas reais de juros mais baixas, a se confirmarem os números ali previstos, o governo a ser eleito em 2018 herdará uma dívida superior a 80% do PIB e a necessidade de transformar o déficit primário de 2,3% do PIB (R$ 159 bilhões) em superávit de 1% a 1,5% do PIB (de R$ 70 bilhões a R$ 100 bilhões), acrescenta.

Entidades recebem com cautela a elevação das metas fiscais e registram preocupação com a criação do Fundo Público de Financiamento das Campanhas Eleitorais

O anúncio da elevação do déficit fiscal desencadeado pelo descontrole das contas federais neste e nos próximos três anos foi recebido com cautela pelas sete entidades que compõem a União Nacional das Entidades de Comércio e Serviços (UNECS), que estão preocupadas com a possibilidade do não cumprimento das metas anunciadas pela equipe econômica, no dia 15 de agosto.

Da mesma forma, as Entidades registram preocupação com a criação do Fundo Público de Financiamento das Campanhas Eleitorais, de R$ 3,6 bilhões. Se aprovada em plenário, esta medida ampliará o déficit público, contrariando as metas fiscais anunciadas.

Aliás, os novos números das contas públicas propostos pelo Governo só voltarão ao azul em 2021 e, portanto, não é razoável atribuir o mau desempenho financeiro à frustração de receitas, conforme disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Lembramos que o resultado ruim da economia foi influenciado pela crise política no âmbito governamental.

As novas metas fiscais foram definidas para acomodar despesas, embora possam permitir ao governo desbloquear gastos represados desde março, evitando a paralisia de serviços essenciais.

A UNECS, cujo faturamento total representa 15,3% do PIB e 22% dos empregos formais, defende a priorização das reformas estruturantes que possam devolver a credibilidade ao Brasil, incluindo-se aqui as reformas tributária e previdenciária.

Tudo isso com responsabilidade fiscal, para se criar um ambiente de negócios favorável ao crescimento e que estimule a geração de novos empregos.

Honório Pinheiro
Coordenador da UNECS e Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)

Emerson Destro
Presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

João Sanzovo Neto
Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras)

Paulo Solmucci Jr.
Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

Nabil Sahyoun
Presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop)

Cláudio Elias Conz
Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco)

George Pinheiro
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

UNECS
UNIÃO NACIONAL DE ENTIDADES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Foto: Divulgação

Reunião da equipe do Empreender no Sebrae Nacional

Tire suas ideias da gaveta: Empreender Competitivo irá **fortalecer a metodologia Serviço 4.0**

Tendência para os negócios na Quarta Revolução Industrial deve ser a grande aliada dos empreendedores nesta edição do Competitivo

A necessidade de se trabalhar em rede é uma realidade que não tem mais volta. É impossível desfazer o que a globalização tornou essencial no dia a dia. A agilidade e a capacidade de personalização de um produto que um processo feito em rede consegue obter tornam qualquer ação mais eficiente.

É com base nessa premissa, e tendo como referência a revolução nos processos de comunicação e nas relações de trabalho, através do planejamento e do controle da produção em tempo real, com ajustes muito mais rápidos, além da personalização do produto – como promete a chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, cujo conceito foi criado na Alemanha –, que a edição 2017-2019 do Empreender Competitivo se estrutura. O fenômeno promete gerar impactos em toda a economia mundial e o segmento empresarial não fica de fora.

METODOLOGIA DO SEBRAE

Com o intuito de aumentar a participação das micro e

pequenas empresas no novo mercado, o Sebrae criou o projeto Serviço 4.0, integrando a visão de associativismo do projeto Empreender, em parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), à tecnologia proporcionada pela Indústria 4.0.

Trata-se de uma lógica que promove a melhoria dos processos por meio da gestão da qualidade, criação de soluções de acesso a mercados buscando boas práticas para fomentar a melhoria nos processos internos das empresas e capacitações, que visam a difundir conhecimento sobre novas ferramentas digitais.

Com foco em microempresas e empresas de pequeno porte com maturidade avançada, a ferramenta ajuda o empresário a reconhecer e reduzir seus gastos, aumentar sua produtividade e ampliar seus serviços digitais como diferencial competitivo, sendo esse último uma das principais promessas da Indústria 4.0.

O 4.0 NO EMPREENDER COMPETITIVO

A CACB irá estimular o uso desse método na nova etapa do programa Empreender, o Competitivo, a ser aplicado entre 2017 e 2019.

Nesta fase, o objetivo é adotar o Serviço 4.0 nos núcleos setoriais do programa.

Artes da campanha criada para divulgar a nova etapa do Empreender

Foto: Divulgação

Luiz Claudius Leite, responsável pelo convênio do Competitivo no Sebrae, é também coordenador nacional da Metodologia Serviço 4.0

Com a implementação, as empresas vinculadas poderão contar com a melhoria contínua de processos, redução de desperdício, aproximação da tecnologia, melhora do atendimento e vários outros benefícios. Além disso, a ideia é difundir o conceito, não só dentro do Empreender, mas de forma geral entre os empreendedores do Brasil.

Na opinião de Luiz Claudius Leite, coordenador nacional da Metodologia Serviço 4.0, responsável pelo convênio do Empreender Competitivo por parte do Sebrae, o programa já é referência em associativismo, o que faz toda diferença: "A maturidade dos núcleos do Empreender é um diferencial. Ouso dizer que será um dos precursores na implementação desse conceito no país".

#TIRESUASIDEIAS DAGAVETA

O Empreender Competitivo foi desenvolvido para melhorar a competitividade das empresas nucleadas por meio de apoio para ações de marketing, mercado, consultoria, capacitações, participação em feiras, etc. e exige do núcleo setorial pelo menos 18 meses de atuação.

Para estimular a participação dos empresários, foi lançada uma campanha nas redes sociais com a #TireSuasIdeiasDaGaveta. A intenção é mostrar aos interessados que eles podem receber recursos e apoio para retomar projetos que foram deixados de lado por falta de incentivo, coragem ou interesse.

"Queremos destacar alguns valores nessa campanha criada para lançar o Empreender Competitivo: apoio, inovação, competitividade, a importância da atuação em rede e os benefícios do Serviço 4.0 para o mercado, inclusive da pequena e da média empresa. Sabemos que muitos empresários desistem de levar adiante projetos que poderiam ter sucesso, simplesmente porque não têm estrutura financeira ou mesmo a orientação de especialistas, o que nós podemos oferecer", explica o coordenador nacional do Programa Empreender e coordenador executivo da CACB, Carlos Rezende.

Serão analisados projetos individuais, em que o núcleo setorial, por meio da Associação Comercial e Empresarial (ACE), apresenta um pla-

Foto: Andre Telles

Luiz Carlos Furtado Neves, vice-presidente de Micro e Pequena Empresa da CACB, destaca a necessidade de se trabalhar em rede para agradar o consumidor

no, e projetos estaduais, em que uma federação ou um conjunto de núcleos solicita recursos para uma ação mais abrangente. Prevê-se um valor médio de R$ 200 mil por projeto, já considerando a contrapartida dos empresários e entidades envolvidas. A última edição do Competitivo, concluída em 2015, beneficiou quase 100 projetos. O prazo para apresentação de propostas termina em novembro.

Para o vice-presidente de Micro e Pequenas Empresas da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves, cada vez mais, é preciso trabalhar em rede para o empresário ficar próximo do consumidor: "Com a novidade do Serviço 4.0 aliada ao trabalho, já reconhecido, dos núcleos do Empreender, tenho certeza que esta edição do Competitivo será um desafio e um estímulo para o desenvolvimento dos pequenos negócios. Só atuando em rede será possível atender ao novo perfil de consumidor, cada vez mais exigente de serviços conectados e customizados, e o Empreender Competitivo dá a oportunidade de o empresário aprender como fazer isso".

"Com a novidade do Serviço 4.0 aliada ao trabalho, já reconhecido, dos núcleos do Empreender, tenho certeza que esta edição do Competitivo será um desafio e um estímulo para o desenvolvimento dos pequenos negócios"
Luiz Carlos Furtado Neves

Foto: Divulgação/Facebook/Martins

O maestro João Carlos Martins será uma das celebridades presentes em Foz do Iguaçu

Empreendedorismo marca o **4º Fórum Nacional CACB Mil**

Encontro será realizado de 18 a 20 de outubro, no Recanto das Cataratas Thermas Resort & Convention, em Foz do Iguaçu

Soluções empresariais, empreendedorismo e o futuro dos negócios serão temas presentes no 4º Fórum Nacional CACB Mil, realizado em conjunto com a 27ª Convenção Anual da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), de 18 a 20 de outubro, em Foz do Iguaçu. Ao reunir as principais lideranças nacionais, as duas entidades pretendem oportunizar um espaço de debate sobre o cenário econômico brasileiro e as perspectivas de desenvolvimento do país.

O empreendedorismo e a inovação dominam a programação do evento, que terá atividades diárias sobre os temas. A palestra magna do maestro João Carlos Martins sobre a capacidade de se reinventar fará a abertura da programação.

No dia seguinte, o primeiro compromisso da manhã será o Encontro Nacional

do Empreender. Durante a tarde, o tema do empreendedorismo se une à discussão sobre o papel das mulheres nos negócios, com um painel com a presidente do Conselho do Grupo Sabin, Janete Vaz e a empresária paranaense Noeli Alves Bazanella, da Doce D'ocê.

Para encerrar os debates, no último dia de evento, o sócio-fundador da Perestroika, Felipe Anghinoni, e o empreendedor do Brownie do Luiz, Luiz Quinderé, falarão sobre a coragem para empreender e inovar. Durante a tarde, o tema de inovação disruptiva será o assunto da palestra do diretor da Disrupt Investimentos, Arthur da Igreja. Ainda à tarde, Márcio Fernandes, ex-presidente da Elektro, eleito um dos executivos mais bem avaliados pelos funcionários, segundo o guia Você S/A, palestrará sobre "Felicidade que dá lucro".

Com tamanho incentivo à busca por modernização e oportunidades no mercado nacional, o 4º Fórum não poderia deixar de esclarecer questões sobre a situação política e econômica do país para esses novos negócios. Em função disso, na quinta-feira (19), o encontro receberá o cientista político Fernando Schüler.

Finalizando a programação, o evento dará espaço ainda para assuntos de interesse prático nas empresas, como a importância da mediação e arbitragem para os empreendedores e o lançamento do Pacto pela Não Judicialização de Conflitos Empresariais, durante o primeiro dia de evento. Nesse momento, um painel sobre o fortalecimento das Associações Comerciais e Empresariais por meio dos núcleos setoriais e a apresentação do case de Paraná na inclusão financeira das micro e pequenas empresas fecharão a programação.

Ao final do último dia de evento, o empresário e investidor-anjo Allan Costa falará sobre a arte de fazer acontecer, sendo seguido pela entrega do Prêmio Empreender, que deverá ocorrer durante o jantar de encerramento.

MARTINS, UMA HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO E AMOR À VIDA

Perto de completar 75 anos, o ex-pianista e hoje maestro João Carlos Martins protagonizou uma história de superação e amor à vida. Em 1995, ele foi golpeado na cabeça com uma barra de ferro durante um assalto na cidade de Sófia, na Bulgária. A pancada comprometeu seriamente o seu braço direito e, depois de várias cirurgias, foi necessário cortar a ligação entre o cérebro e o membro, comprometendo seus movimentos para sempre. Sem poder usar a mão direita, ele gravou um álbum "Só para Mão Esquerda". Todas as composições contidas nele foram de Paul Wittgenstein, que perdeu o mesmo membro na Segunda Guerra Mundial. Sua ideia era gravar oito álbuns com essa temática. Entetanto, foi descoberto um tumor em sua mão esquerda.

Aos 63 anos, ficou sabendo de seu médico que nunca mais tocaria piano. Na mesma hora, começou a nascer um maestro. "Persiga seu sonho que um dia ele virá atrás de você, era o que meu pai dizia sempre", lembra Martins, cuja história é narrada no filme, em cartaz nos cinemas do Brasil, "João, o Maestro".

Edipro lança a nova CLT

Obra essencial e atualizadíssima com a reforma de 13 de julho deste ano chega às livrarias

A Edipro lança em primeira mão a nova edição da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), revisada conforme a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e superatualizada até o Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2017.

Com normas correlatadas e índice remissivo, a nova CLT traz as novidades da lei da terceirização (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017) que, após um longo trabalho, foi aprovada de acordo com as mudanças previstas na reforma. O texto altera mais de 100 pontos da CLT, e transforma a lógica da relação trabalhista, trazendo grandes mudanças na rotina de empregados e empregadores.

Este material contribui para que advogados, estudantes de Direito, empresários, profissionais liberais, profissionais de RH, entre outros, possam reciclar o conhecimento das leis trabalhistas. O formato mini resulta em produto de fácil e rápida consulta, além da facilidade de transporte para as pessoas que necessitam verificar a legislação com frequência.

As principais mudanças que foram sancionadas na reforma são: fracionamento das férias; novos tipos de jornada de trabalho e alterações nas já existentes; trabalho intermitente (por período); teletrabalho (home office); negociação entre empregadores e empregados; demissão (fim do acerto informal) e quarentena; horas-extras, horas *in itinere*, banco de horas e intervalos; gravidez e insalubridade; falta de registro, danos morais; remuneração e "prêmio" no salário; fim do imposto sindical obrigatório; terceirização; ações trabalhistas, justiça gratuita, honorários de sucumbência, depósito recursal, arbitragem; e acordos coletivos.

Sobre o supervisor editorial: Jair Lot Vieira é bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino e bacharel em Comunicação Social pela Fundação Educacional de Bauru, atual Unesp - Universidade do Estado de São Paulo. Há mais de 40 anos, dedica-se à edição de obras jurídicas e de legislação profissional.

Este material contribui para que advogados, estudantes de Direito, empresários, profissionais liberais, profissionais de RH, entre outros, possam reciclar o conhecimento das leis trabalhistas

NOVA CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
Assunto: Direito/Legislação
Páginas: 288
Formato: 12,5cm x 18cm
Editora: Edipro
Preço: R$ 35,00

Por que contratar um *coach* de carreira?

Claudia Santos*

Foto: Divulgação

Sabemos que a escolha da profissão é um dos momentos mais importantes na vida de um jovem, já que determina os caminhos que serão seguidos por longos anos. Trata-se de uma decisão extremamente difícil para ser tomada aos 18 anos por alguém que quase nunca tem a maturidade necessária para identificar quais são os seus principais talentos e vocações. O resultado deste cenário: muitos optam pela área errada e, futuramente, ficam insatisfeitos no trabalho.

No passado, as pessoas costumavam delegar as decisões de suas carreiras para as organizações, que traçavam quais seriam os próximos passos a seguir. Hoje, as companhias oferecem as oportunidades, mas a responsabilidade pelo próprio sucesso está cada vez mais nas mãos dos profissionais. No entanto, entender o seu perfil e identificar os melhores caminhos e estratégias é uma tarefa difícil, que necessita de um plano estruturado e muito bem planejado. Isso pode exigir a ajuda de um profissional especializado, seja para fazer uma transição de carreira, mudar de profissão, desenvolver as competências necessárias ou fazer planos para o futuro.

Neste cenário, o primeiro passo a ser tomado é investir no autoconhecimento. Por se tratar de um processo muito complexo, muitas pessoas optam por contratar um profissional de coaching, que pode ajudá-las a refletir, a planejar ações de melhoria e a conhecer os próprios desejos e capacidades, o que é fundamental para identificar onde devem se inserir no mercado. Saber exatamente o que mais gera incômodo no trabalho atual e o motivo de isso ocorrer, certamente, trará mais clareza sobre os passos seguintes.

Antes de tomar decisões, é preciso se questionar: o que é mais importante para mim, ter um bom salário ou trabalhar em um ambiente agradável e sem pressão? Ter uma rotina fixa ou contar com maior liberdade de horário?

Neste processo de autoconhecimento e descoberta, com cerca de 10 encontros semanais e foco em um objetivo específico, o profissional de coaching ajuda as pessoas a se entenderem melhor e a descobrirem aonde querem chegar. Ele não trará respostas, mas ajudará o profissional a encontrá-las dentro dele. É preciso, porém, estar disposto a se abrir de uma forma bastante profunda, ter uma atitude ativa e planejar objetivos, já que o processo só funciona quando há muito comprometimento e um plano de ação com metas específicas.

Qualquer pessoa pode procurar a ajuda de um coach, desde que tenha consciência de que a felicidade não depende de mais ninguém além dela mesma.

**Especialista em gestão estratégica de pessoas, coach executiva e diretora da Emovere You (www.emovereyou.com.br)*

CERTIFICADO DE ORIGEM CACB

Caminho livre para a sua exportação

Certificado de Origem é um documento a ser providenciado pelo exportador junto às entidades filiadas à CACB, que comprova a origem da mercadoria a ser exportada e permite isenção ou redução do imposto de importação.

O sistema de emissão de Certificados de Origem da CACB proporciona uma forma rápida, prática e segura para a emissão de Certificados de Origem. A CACB tem como objetivo facilitar o dia-a-dia das empresas exportadoras brasileiras, oferecendo uma plataforma na qual os Certificados de Origem são emitidos via sistema online, garantindo agilidade, segurança e redução de custos operacionais.

AGILIDADE

SEGURANÇA

www.cacb.org.br/**certificadodeorigem**

Contato via e-mail: **eco@cacb.org.br**

CACB PROGERECS